

*Destinado aos
Deputados municipais.
23/10/18
NF*

DIVULGAÇÃO AOS GRUPOS MUNICIPAIS

A Missão Pública Organizada (MPO) exige:

1. a realização de um **Inquérito** aos trabalhadores sobre a aplicação do sistema de avaliação individual de desempenho na Administração Pública (SIADAP) na CML;
2. a **publicação dos resultados** da Avaliação dos últimos 10 anos, dos SIADAP 1, 2 e 3, conforme previsto na Lei;
3. a **suspensão imediata** do SIADAP 3, dada a sua reconhecida inaplicabilidade e efeitos negativos;
4. **avaliação 360°** nos SIADAP 1 e 2;
5. a implementação de um **novo modelo de Avaliação do trabalho e de Progressão na Carreira**, desenvolvido com a participação dos trabalhadores.

Este movimento, do qual fazem parte trabalhadores de diversos Serviços da CML, denuncia em sessão pública da AML as constantes e reiteradas irregularidades e más-práticas na aplicação do SIADAP. Depois de anos de reclamações e participações infrutíferas junto das instâncias responsáveis, o resultado é só um: os responsáveis ou não respondem, ou não assumem os problemas, na expectativa de vencerem os trabalhadores pelo cansaço. Há um problema grave de dignidade e verdade. Acresce que a indexação da progressão nas carreiras unicamente aos pontos obtidos na última década através de um SIADAP com quotas ridículas, introduziu profundas injustiças e opacidades, com consequências muito negativas para o Serviço Público.

Depois destes problemas terem sido denunciados em sessão pública de Câmara e em reunião com o Vereador dos RH que reconheceu a existência de muitos deles e se comprometeu com a realização de um inquérito aos trabalhadores, é o momento da AML tomar uma posição e pressionar para que instituições académicas independentes investiguem, questionem os trabalhadores sobre a real aplicação e os resultados do SIADAP na última década.

Muitos trabalhadores querem outra organização do trabalho e exigem participar na construção de um modelo alternativo de avaliação, que assente em valores mais sustentáveis e humanos, que promova o espírito crítico e afaste o medo instalado, que ponha em causa a compatibilidade do sistema de quotas com a Constituição Portuguesa e com os Direitos Humanos.